

Território, políticas públicas e educação do campo na Amazônia Paraense: o protagonismo dos movimentos sociais em debate

Education, school and educational policies from the perspective of critical cultural studies: the production of common sense and hegemonic disputes

Salomão Mufarrej HAGE¹

Lorena Maria Mourão de OLIVEIRA²

Resumo

O artigo analisa a relação entre território, políticas públicas e educação do campo no contexto da diversidade sócio-territorial da Amazônia Paraense, destacando o protagonismo dos movimentos sociais no cenário brasileiro e amazônico. Ele foi elaborado através de um estudo bibliográfico e documental que concebe o território numa perspectiva relacional e complexa, como espaço formado por suas múltiplas dimensões: econômica, política, cultural e ecológica. O artigo apresenta uma cartografia da diversidade sócio-territorial do campo na Amazônia Paraense, explicitando as territorialidades dos rios, das colônias rurais, dos assentamentos, das reservas extrativistas, dos quilombos e das áreas indígenas.

Palavras-Chaves: Movimentos Sociais, Educação do Campo, Território, Políticas Educacionais

Abstract

In this article, I analyze the relationship between territory, public policies and rural education within the context of the socio-territorial diversity of the Amazonian region in the state of Pará. My analysis privileges the centrality of social movement protagonism in the region, as well as in the larger Brazilian context. This analysis is based in an understanding of territory that privileges relationality and complexity with respect to economic, political, cultural and ecological dimensions. Lastly, I map the socio-territorial diversity within the Amazonian region of Pará state, highlighting the territoriality of rivers, rural colonies, settlements, extractive reserves, quilombos and indigenous reserves.

Key words: social movements, rural education, territory, educational policies.

1 Pedagogo. Doutor em Educação – PUC/SP. Professor do Instituto de Ciências da Educação/UFPA, coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ). E-mail: <salomao_hage@yahoo.com.br>.

2 Geógrafa. Mestre em Educação - UFPA. Professora AD-4/SEDUC/PA, integrante do grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia – GEPERUAZ. E-mai: <loremourao@hotmail.com>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 20	n. 42	p. 91-107	jan./abr. 2011
----------------	--------	-------	-------	-----------	----------------

Introdução

Este artigo tem sua origem e fundamentação na produção de uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará no ano de 2010, que por meio de investigação bibliográfica e documental analisou as políticas curriculares da Secretaria de Estado de Educação, utilizando-se de uma abordagem territorial cujo lócus de referência é a Amazônia Paraense. Nesse momento, as reflexões apresentadas focam a relação entre território, políticas públicas e Educação do Campo no contexto da diversidade sócio-territorial da Amazônia Paraense, destacando o protagonismo dos movimentos sociais populares do campo.

No cenário nacional mais recente, a abordagem territorial encontra-se em evidência, devido ao reconhecimento da importância de se levar em conta as diversidades sócio-culturais e territoriais na configuração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do país, provocado em grande medida, pelo protagonismo e reivindicação dos movimentos sociais. Exemplo dessa afirmação pode ser visualizada nas ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que implementou o Programa “Territórios da Cidadania”, a partir de 2008 para fomentar determinadas ações especificamente nos territórios do campo.

Em se tratando, especificamente, dos territórios do campo, esses são entendidos aqui como espaços que possuem dinâmicas naturais, produtivas, políticas, sociais e culturais próprias, profundamente ligadas às dinâmicas dos territórios urbanos, estabelecendo com eles relações dialéticas que conformam a totalidade social: “Um não pode ser entendido sem o outro, numa relação complementar, dialeticamente definida” (SAQUET, 2006, p. 160).

Em outras palavras, os territórios do campo se constituem no plano da unidade na diversidade; na relação entre o que há de universal na lógica capitalista e o que há de particular relacionado às características naturais, produtivas, sociais, políticas e culturais próprias de cada relação sócio-territorial, considerando que a própria singularidade desses territórios surge por meio da relação entre o universal e o particular.

No caso do Brasil, os territórios do campo têm em comum o fato de serem espaços configurados por uma diversidade de populações, que convivem de forma complexa, histórica e dialeticamente, por meio de lutas e negociações, envolvendo os movimentos sociais na conquista e apropriação de seus territórios. Essa diversidade de populações e movimentos sociais, cada qual com seus modos de vida, contribui para que cada território do campo, em meio aos aspectos gerais

produzidos pela totalidade das relações capitalistas, possuam singularidades que os diferenciam dos outros e dos territórios urbanos.

A Amazônia Paraense, *locus* mais específico de nosso estudo, também possui como característica fundamental uma grande diversidade sócio-territorial. Em relação aos territórios do campo, esta diversidade está, entre outros aspectos, essencialmente ligada à multiplicidade de populações que habitam estes territórios. As populações da Amazônia às quais nos referimos são ribeirinhos, pescadores, assentados, quilombolas, extrativistas, indígenas, agricultores familiares, colonos, entre outros. São populações que convivem por meio de uma teia complexa de relações, mobilizações e movimentos sociais. Esta teia podemos dizer que é formada pela conjugação de relações que são diversas e singulares aos territórios do campo com aquelas que são comuns à totalidade social.

Os Estudos de Gonçalves (2005) sobre a Amazônia indicam que sua diversidade de populações protagoniza a complexidade da teia social-cultural existente nos territórios do campo, complexidade esta que é um dos aspectos que configura o seu território e suas territorialidades. E, a partir das contribuições de Canen (2005), entendemos que a complexidade social-cultural pode ser traduzida em uma perspectiva de análise que problematiza a diversidade cultural existente entre os povos. Esta perspectiva busca romper com os preconceitos culturais e com os discursos que silenciam ou estereotipam determinadas culturas, sensibilizando para um reconhecimento das identidades culturais como sendo uma construção não homogênea e absoluta, mas sempre diversa e relativa, dado o seu caráter histórico.

Em termos da relação entre território, políticas públicas e educação do Campo, as diretrizes atuais do governo federal centradas, especificamente, na educação direcionada aos territórios do campo são exemplos da utilização da abordagem territorial no plano teórico, na medida em que destacam em seus princípios e diretrizes a participação das populações e de seus movimentos sociais, no processo de estímulo ao desenvolvimento desses territórios, de reformas educacionais configuradas de acordo com as singularidades destes espaços geográficos e de suas territorialidades.

As políticas públicas do governo federal voltadas para a Educação do Campo são vinculadas à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação. Este ministério tem dialogado com o MDA no sentido de construir políticas públicas para os territórios do campo onde o processo educativo esteja em sintonia com as particularidades territoriais, colaborando, dessa forma, para um processo de desenvolvimento territorial mais sustentável.

Um exemplo significativo de política do governo federal para a Educação do Campo que pauta a abordagem territorial, fundamentada em diálogos entre o MEC e os movimentos sociais, são as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB Nº 1 de três de abril de

2002. O aspecto central que sustenta essas Diretrizes é o reconhecimento das diversas populações e de suas territorialidades que configuram os territórios do campo, como forma de contribuir para o desenvolvimento de ações políticas direcionadas a estes espaços singulares e, conseqüentemente, de contribuir para o desenvolvimento sócio-territorial do país em sua totalidade.

Nesse artigo, a dimensão territorial é analisada como indissociável da dimensão social, sendo esta entendida em todos os seus aspectos, inclusive o educacional. Dessa forma, a diversidade sócio-territorial do campo na Amazônia Paraense, com suas inúmeras populações, movimentos sociais e territorialidades que, em muitas das vezes, se mesclam e confundem (ribeirinhos, pescadores, camponeses, assentados, extrativistas, quilombolas, indígenas, etc.), devem colaborar com a formulação e efetivação de políticas educacionais para o território amazônico, sob pena da educação e da escola se contraporem à diversidade sócio-territorial das populações que vivem na Amazônia Paraense e não contribuir para o seu desenvolvimento social.

Reflexões sobre Território e Territorialidade

O território é compreendido neste artigo como uma dimensão social, contrapondo-se à concepção tradicional advinda da geografia clássica que o concebe como um mero espaço-suporte de elementos naturais a ser utilizado e dominado por um Estado nacional soberano, no processo de seu desenvolvimento político-territorial.

A abordagem territorial possui sua importância para qualquer análise que se dedica à realidade social na medida em que, como afirma Haesbaert:

[...] o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização ou, num sentido mais restrito, sua territorialização. Sociedade e espaço são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial. (2007, p. 20).

A discussão sobre a relação entre sociedade e território enseja neste trabalho um entendimento, ainda que inicial, sobre o processo de construção de territorialidades. Estas se apresentam para Haesbaert (2007) como uma construção, por parte dos grupos sociais, de mediações espaciais (escola, igreja, plantação, indústria multinacional, etc.) que proporcionem o efetivo poder material e simbólico do território por parte desses grupos, poder este que é sempre multiescalar e

multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. O caráter multiescalar do poder do qual fala o autor encontra-se na sua relação com o local, regional e global e a multidimensionalidade refere-se aos vários âmbitos do poder: econômico, político e/ou cultural.

Ressaltamos que cada grupo social constrói sua relação com o território, usa seu território, territorializa-se integrando as dimensões ecológicas, econômicas, políticas e culturais de forma diferenciada, conforme sua identidade sócio-cultural e com o tipo de relação que esta identidade assume com a natureza em determinado momento histórico. Este fato é um ponto essencial para as discussões sobre Educação do Campo e políticas públicas na Amazônia.

Becker (2007) ao discutir sobre a geopolítica da Amazônia Brasileira contribui para a compreensão da territorialidade enquanto fenômeno social cuja dinâmica está além da geopolítica do Estado. Ela afirma que:

[...] a territorialidade, historicamente, é um valor da sociedade brasileira não somente por causa da geopolítica, mas porque nos próprios movimentos sociais perpassa a questão da territorialidade. Poderíamos indicar: Canudos, os quilombos, todos os movimentos de resistência revolucionária; os territórios indígenas, as reservas extrativistas. (2007, p. 29).

Gonçalves (200-?, p. 230) colabora para uma maior explicitação sobre a territorialidade, envolvendo a relação entre ela e o processo de territorialização. Para o autor, o processo de apropriação do espaço pelos grupos humanos, a territorialização, se diferencia de acordo com a diversidade ecológica, econômica, política e cultural existente no mundo. Como o mundo não é formado por um único conjunto ecológico, por um único modelo econômico-político e por uma só cultura e como existem diferentes formas de relação entre esses aspectos, o processo de territorialização (apropriação) ocorre de forma diversa ensejando múltiplas territorialidades, que são expressões espaciais das múltiplas identidades existentes no planeta, com suas cargas materiais e simbólicas. As territorialidades são dinâmicas e mutáveis (e não universais e imutáveis), expressando, de acordo com cada circunstância, uma determinada identidade territorial.

O caráter do território concebido como uma dimensão social é discutido, também, por Santos (2006) em seu ensaio “O retorno do território”, onde o autor afirma que “é o uso do território, e não o território em si que faz dele objeto de análise social” (2006, p. 15); do que compreendemos que o que faz o território ser objeto de análise social é a maneira como o mesmo está sendo utilizado pela sociedade, o que afirma a indissociabilidade entre território e sociedade.

Assim, não é o território enquanto base física que importa para uma teoria crítica de sociedade, mas a diferença, por exemplo, entre o uso do território pelo agronegócio e o seu uso pela agricultura familiar. Em outras palavras, o que é relevante, na realidade, é a análise do território enquanto sendo uma construção dos diversos usos e intenções dos grupos movimentos e classes sociais. Este processo, no entanto, é dialético, pois a sociedade produz o território assim como o território é uma dimensão que influencia na formação de identidades sociais.

Colaborando com as discussões a respeito do caráter do território, Haesbaert (2007) desenvolve uma instigante discussão sobre a polissemia que o termo “território” possui, agrupando os significados de território em quatro vertentes: a política, a cultural, a econômica e a naturalista, cada uma enfatizando uma determinada dimensão do território, em detrimento das demais.

A vertente política é relativa às relações espaço-poder e concebe o território como um espaço delimitado e controlado por um determinado poderio que, na maioria das vezes, relaciona-se ao domínio político do Estado nacional. A vertente cultural vê o território, sobretudo, como resultado da apropriação/valorização simbólica, por determinado grupo, de seu espaço vivido. A vertente econômica concebe o território unicamente como fonte de recursos para o desenvolvimento das relações econômicas (como produto da divisão territorial do trabalho, por exemplo), relações essas inseridas no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho. Por último, a vertente naturalista possui uma noção de território como espaço onde os homens se relacionam com o seu ambiente físico, procurando o equilíbrio entre as necessidades do grupo e os recursos físicos possibilitados pelo meio.

Em relação às perspectivas de território, Haesbaert (2007) as discute por meio de um debate que nos instiga a pensar sobre a perspectiva adotada no âmbito da Educação do Campo. O autor destaca a existência de duas perspectivas, a parcial e a integradora. A perspectiva parcial enfoca uma dimensão apenas do território (natural, econômica, política ou cultural), não dando conta de sua complexidade. A perspectiva integradora envolve conjuntamente todas as dimensões.

Para a perspectiva integradora o território carrega, de forma indissociável: “uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de caráter predominantemente econômico-político”, ambas em constante interação com a natureza. Nesse sentido, o território é concebido como espaço formado pela integração/relação entre as suas múltiplas dimensões, a econômica, a política, a cultural e a ecológica, apresentando-se

por meio de uma concepção de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza; entre política, cultura e economia; entre materialidade e idealidade (dimensão simbólica).

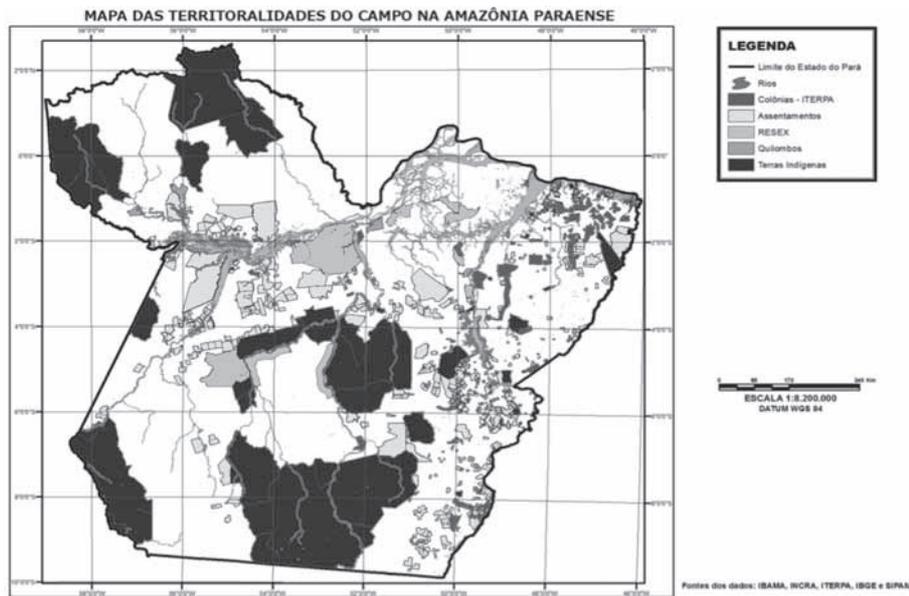
A perspectiva integradora, com a qual concordamos, pode também ser chamada relacional, na medida em que, de acordo com Haesbaert (2007), concebe o território enquanto dimensão da existência humana configurada por relações históricas imbricadas em manifestações de poder. Ela contribui para uma concepção de território na qual o mesmo é constituído historicamente e na integração entre as dimensões material, simbólica e natural.

Tomando como base de nossas reflexões a perspectiva integradora e relacional de território, observamos no campo da Amazônia Paraense a existência de inúmeras populações que, por meio de suas características materiais e simbólicas, constroem as suas várias territorialidades, provas indeléveis da diversidade sócio-territorial que singulariza a Amazônia Paraense. Na sessão seguinte, com o objetivo de dar materialidade a essa discussão, apresentamos a cartografia da diversidade sócio-territorial do campo na Amazônia Paraense.

Cartografia da diversidade sócio-territorial do campo na Amazônia Paraense

A cartografia apresentada nesse artigo explicita a diversidade sócio-territorial do campo na Amazônia Paraense, sendo formada pelo mapa geral das principais territorialidades amazônicas. Esse mapa apresenta geograficamente a diversidade sócio-territorial na região e não somente as áreas ocupadas pelos diversos grupos que vivem na Amazônia Paraense, na medida em que as territorialidades cartografadas nesse artigo são concebidas como expressão da diversidade social em meio às suas relações de poder. As territorialidades não são aspectos fixos, estáticos, mas expressões geográficas dinâmicas, construídas e re-construídas pelos sujeitos que se apropriam do território.

O mapa a seguir apresentado, produzido pelo Laboratório de Geoprocessamento do Núcleo de Meio Ambiente da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, apresenta a cartografia das seguintes territorialidades na Amazônia Paraense: dos rios, das colônias rurais, dos assentamentos, das RESEXs (Reservas Extrativistas), dos quilombos e das áreas indígenas.



Mapa 1: Territorialidades do campo na Amazônia Paraense.
Fonte: Laboratório de geoprocessamento - NUMA/UFGA.

É importante destacar que a diversidade sócio-territorial do campo na Amazônia Paraense não se resume a essas territorialidades acima cartografadas, na medida em que há comunidades praianas, que se concentram no litoral paraense, comunidades que vivem em fazendas, próximo às vicinais, em garimpos e outras, que re-produzem sua existência de maneira própria nesse espaço geográfico particular. No entanto, é importante esclarecer que as territorialidades apresentadas no mapa englobam as formas tradicionais de trabalho e de reprodução da existência encontradas nos territórios do campo na Amazônia Paraense, a saber: a agricultura no trabalho com a terra, o extrativismo realizado na floresta, e a pesca nos rios, incluindo todas as suas expressões materiais e simbólicas.

As territorialidades do campo amazônicas, em termos da natureza do trabalho social, em muitos contextos geográficos se inter-relacionam entre si, sendo extrativista o indígena e o quilombola, e, ribeirinho, o colono e o extrativista, por exemplo. Isso faz com que as territorialidades não sejam rígidas e isoladas, mas dinâmicas e entrelaçadas, criando outras territorialidades mais complexas, do que as tradicionais aqui cartografadas.

Em se tratando das territorialidades específicas, é bom esclarecer que as territorialidades ribeirinhas, uma das mais significativas em se tratando de Amazônia, por se concentrar às margens dos rios, igarapés e furos, estão

presentes em quase todo o território amazônico e confunde-se com as demais territorialidades cartografadas em nosso estudo.

As territorialidades das colônias rurais, cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, abrangem uma área de 1.797.399ha e possuem como característica marcante a relação com o trabalho na agricultura de base familiar, encontrando-se concentradas nas regiões do Guamá, Rio Caeté e Rio Capim e no nordeste paraense.

As territorialidades dos assentamentos ocupam uma área de 11.150.192ha, concentradas nas regiões do Baixo Amazonas, Tapajós, Xingu, Lago de Tucuruí, Carajás e Araguaia. Os assentamentos referem-se aos territórios cadastrados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, que são ocupados por famílias para a Reforma Agrária e, por meio do trabalho com a terra, de base familiar, traçam sua relação com o território.

As Reservas Extrativistas (RESEXs), territorializam-se em um espaço de 4.429.296ha, concentrando-se na região do Baixo Amazonas, Xingu e Marajó. Elas são territórios do poder público, onde vivem comunidades tradicionais que retiram sua subsistência da floresta. O termo “tradicionais”, de acordo com Linhares (2010), é usado para definir grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista sócio-cultural, que re-produzem historicamente seu modo de vida com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se, por exemplo, tanto às comunidades extrativistas, quilombolas quanto aos povos indígenas, que desenvolveram modos particulares de existência na relação com os seus territórios.

Os quilombos configuram suas territorialidades em uma área de 586.479ha, distribuída entre as regiões do Baixo Amazonas, Marajó e Tocantins. São territórios ocupados por comunidades negras tradicionais remanescentes dos quilombos originais, surgidos no Brasil na época da escravidão para servirem de locais de resistência.

Apesar das territorialidades dos quilombos ocuparem a menor área entre as demais cartografadas, é no Estado do Pará que se concentra o maior número de territórios quilombolas titulados, colocando por terra teorias que defendem a fraca participação do negro na composição da sociedade amazônica paraense.

As territorialidades indígenas são as que ocupam a maior área, 28.514.634ha, o que pode ser explicado pela história secular de ocupação do território brasileiro por inúmeras sociedades indígenas e a sua luta pelo direito de propriedade do território. A área das territorialidades indígena concentra-se na região do Baixo Amazonas, Tapajós, Xingu e Araguaia.

A maioria dos povos indígenas na Amazônia Legal, considerados também povos tradicionais, possuem um modo de vida vinculado diretamente às florestas e às águas. Em termos demográficos, a Amazônia Legal concentra aproximadamente,

188 povos indígenas, o que corresponde a 77% do total nacional de 235 povos. Na Amazônia paraense, a população indígena distribui-se da seguinte forma: 25.962 índios em territórios do campo e 11.718 em territórios nas cidades, perfazendo um total de 37.681 indígenas (Carvalho; Heck; Loebens, 2005).

É importante ressaltar ainda, que as territorialidades cartografadas nesse artigo convivem, em meio a relações de conflito e poder pela apropriação da terra, com territorialidades de outros grupos que também fazem parte da dinâmica territorial do campo na Amazônia Paraense, a saber: latifundiários, madeireiros, fazendeiros, agroindustriais, etc.; que não foram explicitados nesse artigo, pela delimitação do foco relacionado aos movimentos sociais populares do campo.

Na sessão seguinte, abordaremos a ação dos movimentos sociais populares do campo na definição de políticas públicas em educação do campo, considerando a diversidade sócio-territorial no Brasil e na Amazônia paraense.

Movimentos sociais, políticas públicas e educação do campo: desafios quanto ao reconhecimento da diversidade sócio-cultural e territorial

Os movimentos e organizações sociais populares do campo nas últimas décadas têm participado ativamente das disputas que envolvem a conquista da terra, o fortalecimento da produção de base familiar e a garantia do direito à vida com dignidade; constituindo-se enquanto sujeitos coletivos de direito e de produção de novas sociabilidades, entre os quais se encontra o direito à educação.

Nessa caminhada de mobilização e protagonismo, a *Articulação Nacional Por uma Educação do Campo* tem assumido um papel destacado para que não sejam reeditadas as tradicionais políticas de manutenção precária das escolas rurais de cunho assistencialista, compensatório e compassivo, que reforçam o atraso e o abandono secular da educação dos povos que vivem da agricultura, do extrativismo e do trabalho do campo (II CNEC, 2004).

Essa articulação reúne movimentos e organizações sociais populares do campo, universidades, organizações da sociedade civil, órgãos do poder público e instituições internacionais, que compartilham princípios, valores e concepções político-pedagógicas, e se articulam para reivindicar políticas públicas de educação e desenvolvimento com qualidade social para as populações do campo, aqui entendidas como: agricultores familiares, assentados, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e pescadores.

A primeira e a segunda Conferência Nacional de Educação do Campo ocorridas em 1998 e 2004 em Luziânia/GO, constituíram-se em marcos históricos dessa articulação nacional no processo de afirmar o direito das populações do

campo à educação, ao reivindicar que a educação do campo seja assumida como política pública; que os órgãos públicos responsáveis pela educação se façam mais presentes reconhecendo a dívida social, cultural e educativa que tem para com os sujeitos que vivem no campo e na floresta; e que seja reconhecida a especificidade desses povos e de suas formas de viver e de ser, de formar-se, socializar-se, aprender, de produzir e relacionar-se com o conhecimento, com as ciências e as tecnologias, com os valores e com a cultura. (Ibid., 2004: 4).

Outro indicativo desse processo organizativo em curso tem sido a pressão sobre as várias instâncias governamentais para que renovem os processos de gestão da educação, ação que tem resultado num esforço de determinadas Secretarias de Educação para se tornar mais sensíveis à inclusão da educação do campo em sua agenda política, criando espaços e situações em que as especificidades do campo sejam reconhecidas e valorizadas. Nessa perspectiva, o próprio MEC respondeu a essa mobilização, com a criação em 2004 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), onde se insere a Coordenação Geral da Educação do Campo que assumiu o compromisso de efetivar uma política de educação que respeite a diversidade cultural e as diferentes experiências de educação em desenvolvimento, em todas as regiões do país, ampliando a oferta de educação básica nas escolas do campo. (SECAD, 2005).

Nos documentos que expressam as intencionalidades oficiais quanto à definição e implementação de políticas educacionais, têm-se reconhecida a reivindicação dos movimentos sociais de conceber e valorizar o campo com suas diversas territorialidades, “englobando os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores, dos caçaras, dos ribeirinhos e dos extrativistas como espaço de inclusão e desenvolvimento com sustentabilidade”. (Ibid., 2005).

Entre os acontecimentos que marcaram a mobilização por uma educação do campo no país, o Ministério da Educação institucionalizou em 2007 a Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC), formada por representantes dos demais setores do Ministério, FNDE, INEP, MDA, UNDIME e CONSEP, das organizações e movimentos sociais do campo, para assessorar a Coordenação Geral de Educação do Campo na formulação e implementação dos programas e ações de educação do campo. Os movimentos sociais e sindicais do campo, em agosto de 2010, decidiram criar o Fórum Nacional de Educação do Campo, com autonomia para debater com o poder público sobre as proposições voltadas para implantação/fortalecimento e consolidação de políticas públicas de educação, a partir das especificidades, diversidades e questões da educação do campo.

O Fórum em sua articulação intenciona garantir que as políticas públicas a serem efetivadas sejam estratégicas para a construção de um projeto contra-hegemônico de campo, ao contribuir para a melhoria da educação no meio rural

e superação do processo, historicamente de desigualdade educacional a que estão submetidas suas populações, refletidas nos dados educacionais e de políticas públicas inadequadas ou ausentes (FNEC, 2010).

Conquistas importantes referem-se ainda à definição de marcos regulatórios das políticas de educação do campo, envolvendo a participação dos Movimentos Sociais do Campo, como: as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução 1/2002 do CNE/CEB); as Diretrizes complementares para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (Resolução 2/2008 do CNE/CEB); o Reconhecimento dos Dias Letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (Parecer 1/2006 do CNE/CEB); e o Decreto assinado pelo presidente Lula, que estabelece referências sobre a política de educação do campo e regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Todas essas legislações compreendem as populações do campo a partir de sua diversidade sócio-cultural e territorial, sendo constituídas por agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos; e estabelece que a escola deve atender a esses cidadãos respeitando a diversidade, nos aspectos sociais, culturais, territoriais, políticos, econômicos, de gênero, raça e etnia.

Na Amazônia Paraense, articulando-se a essa mesma dinâmica, os movimentos sociais representativos das populações do campo, entre eles, o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*, a *Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI)*, a *Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará (ARCAFAR/PA)*, o *Movimento dos Ribeirinhos e Várzeas da Abaetetuba (MORIVA)*, vêm demarcando o seu espaço de militância de forma singular, com impacto na sua estrutura agrária e no questionamento do uso do território e dos recursos naturais de forma predatória, reivindicando um novo jeito de olhar e produzir a existência, a cultura e a relação com a natureza.

Esses mesmos sujeitos coletivos ajudam a entrelaçar e fortalecer os fios da rede que vem sendo formada através do *Movimento Paraense por uma Educação do Campo*, que tem no *Fórum Paraense de Educação do Campo* sua expressão mais significativa de organização e mobilização pela construção de um projeto popular de desenvolvimento e de educação.

O *Fórum Paraense de Educação do Campo* aglutina movimentos sociais, entidades da sociedade civil, universidades e instituições governamentais da sociedade paraense, que compartilhando princípios, buscam implementar, apoiar e fortalecer políticas públicas, estratégias e experiências de educação do campo

e desenvolvimento rural com qualidade sócio-ambiental para todos os cidadãos paraenses, sobretudo para as populações do campo (FPECADR, 2004).

Entre os marcos importantes da caminhada do Fórum são destaques o *I*, o *II*, o *III* e o *IV Seminário Estadual de Educação do Campo* e o *I* e o *II Seminário Estadual de Juventude do Campo*, realizados entre 2004 a 2010; assim como o *I* e o *II Encontro de Pesquisa em Educação do Campo do Estado do Pará*, realizados em 2008 e 2010 na Amazônia paraense.

Esses eventos têm mobilizado um número cada vez mais abrangente de sujeitos, instituições públicas, movimentos sociais e entidades não-governamentais nos processos de definição e implementação de políticas e práticas educacionais sintonizadas com a realidade do campo, constituindo-se em espaços onde se manifestam depoimentos, insatisfações, aspirações e reivindicações com relação à educação que se deseja serem concretizadas nas escolas do campo.

O trecho do Manifesto do III Seminário Estadual de Educação e I Seminário Estadual de Juventude do Campo, da Floresta e das Águas da Amazônia Paraense, realizados entre os dias 13 e 17 de junho de 2007, é ilustrativo da significância desses eventos:

Somos homens e mulheres do campo, das águas e da floresta da Amazônia Paraense (agricultores/as, assentados/as, ribeirinhos/as, pescadores/as, seringueiros, indígenas, quilombolas), educadores/as e gestores/as das Redes Estadual e Municipais de Ensino, de Escolas Públicas, Movimentos Sociais e Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA's – CFR e EFA); Educandos do PRONERA, do Programa Saberes da Terra e do Programa Jovem Saber, Docentes-pesquisadores e estudantes (graduação e pós-graduação) de Universidades Públicas; representantes de Movimentos Sociais, Sindicais e Comunitários; Instituições de Pesquisa, Entidades da Sociedade Civil, Dirigentes de Secretarias Municipais e Estadual de Educação, de Associações de Municípios, do Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, de órgãos de desenvolvimento rural (EMATER, SAGRI) e outros órgãos de gestão pública com atuação na educação e no desenvolvimento do campo

Somos sujeitos que lutam e enfrentam desafios nesse Estado da Amazônia brasileira, comprometidos com a ruptura da lógica perversa de exploração e expropriação das riquezas naturais, sociais e cultural da região, que

historicamente têm atendido aos interesses de grupos econômicos minoritários e gerado benefícios alheios às necessidades e aspirações das populações amazônicas.

Somos sujeitos que tem desencadeado múltiplos processos reivindicatórios pela garantia dos direitos humanos, convictos de que o acesso à terra, trabalho, justiça, saúde, educação, água, crédito diferenciado, estrada, luz, preservação ambiental, entre outros bens, é determinante para a qualidade de vida e dignidade dos sujeitos do campo. As Marchas, os Gritos da Terra, as ocupações de terra e de estradas, as manifestações populares são evidências inequívocas do vigor da luta dos movimentos sociais.

Somos sujeitos que lutam por um projeto de nação e de desenvolvimento do campo comprometidos com a sustentabilidade presente e de gerações futuras, em que a justiça ambiental hegemonize e que os modos de existir e produzir dos camponeses sejam imperativos desse projeto. Lutamos por um campo que seja espaço de produção econômica e sociocultural, em que suas populações vivam com dignidade e tenham na cidade um espaço de interação, mas não de dependência ou subordinação. “Lutamos por um novo projeto de desenvolvimento rural referenciado no enfoque sustentado e territorial” (FPEDC, 2007).

Esse esforço coletivo tem impactado no reconhecimento da Educação do Campo enquanto política pública e se materializado na efetivação de programas e ações que viabilizam a garantia do direito à educação com o protagonismo das populações e sujeitos que vivem no campo. Como exemplo, o *Programa Projovem Campo* destina-se a agricultores de 18 a 29 anos que não tenham concluído o ensino fundamental, utilizando a formação em regime de alternância para certificá-los no ensino fundamental com qualificação em agricultura familiar; o *PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo* oferece graduação a professores das escolas rurais que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio; o *Programa Escola Ativa* responsabiliza-se pela formação dos gestores e professores que atuam nas escolas rurais multisseriadas, as quais atendem em uma mesma sala de aula estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental; e o *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária* que oferece educação escolar aos jovens e adultos das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA, em todos os níveis de ensino.

Esses programas têm sido desenvolvidos na Amazônia paraense através da aproximação entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, as universidades e as organizações e movimentos sociais populares do campo, assumindo o desafio de pautar as questões referentes a uma abordagem territorial nas políticas públicas que chegam até as escolas do campo.

Esse fato fundamenta-se no reconhecimento de que a educação do campo deve ser pensada e colocada em prática possuindo um vínculo estreito com as singularidades próprias dos territórios aos quais se destina, mas sem fragmentação, ou seja, percebendo o território amazônico em relação com os demais territórios do Brasil e do mundo e analisando seus aspectos ecológicos, econômicos, políticos e culturais de forma relacional (FERNANDES, 1999).

Contudo, o desafio que se apresenta às populações do campo da Amazônia paraense e seus movimentos sociais continua sendo o alcance da função da Educação do Campo enquanto colaboradora da sustentabilidade ecológica em associação com o fortalecimento da cultura e das relações sociais próprias dos territórios e territorialidade do campo.

Trata-se de fazer com que a educação do campo e as políticas educacionais a ela vinculadas na Amazônia paraense tomem em conta que há várias amazônias na Amazônia, muitas delas contraditórias entre si, e que há de se optar por aquelas que tornem possível uma vida melhor, não só para seus habitantes, mas também para o planeta. Esse caminho passa necessariamente por incorporar suas populações aos direitos básicos de cidadania, oferecendo-lhes condições de fazer melhor o que já sabem, além de buscar novos caminhos a partir da experiência acumulada (GONÇALVES, 2005); exigindo-se assim, uma visão complexa e relacional do território que não dissocie ecologia de justiça social e cidadania.

Referências

BECKER, Bertha. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. [S.I]: Editora Lamparina, 2007.

BRASIL. CNE/ CEB. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo**. Resolução CNE/ CEB Nº 1, de 3 de Abril de 2002.

_____. **Diretrizes Complementares para o atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução CNE/ CEB Nº 2. Brasília/DF, de 28 de Abril de 2008.

_____. **Dias Letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância.** Parecer CNE/ CEB Nº 1. Brasília/DF, de 15 de Março de 2006.

_____. Presidência da República. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010.

CANEN, Ana. **Sentidos e dilemas do multiculturalismo:** desafios curriculares para o novo milênio. In: LOPES; Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth Macedo (Org.) **Currículo:** debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, Bernardes Mançano. Por uma Educação do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília/DF: Articulação Por uma Educação do Campo, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, v. 2).

Fórum Paraense de Educação do Campo. **Manifesto do III Seminário Estadual de Educação e I Seminário Estadual de Juventude do Campo, da Floresta e das Águas da Amazônia Paraense.** Ananindeu-Pará, Junho de 2007. (digitalizado).

Fórum Nacional de Educação do Campo. **Minuta de Criação do FNEDC.** Brasília, agosto de 2010. (digitalizado).

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Das geografias as geo-grafias. 200-?. Disponível em: <http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

II CNEC. **Por uma Política Pública de Educação do Campo.** Texto Base – da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo. Luziânia – GO. 2004.

LINHARES, Jairo Fernando Pereira. **Populações tradicionais da Amazônia e territórios de biodiversidade.** Disponível em: www.socioambiental.org.br. Acesso em: 02 out. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. «**Amazônia Revelada**»: o debate continua. Comunicação apresentada no 14º ENG-AGB. Rio Branco, Acre, 16-21 de junho de 2006.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de;

SECAD/ MEC. **Elementos para um plano nacional de educação do campo: por uma política de educação do campo.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/>. Acesso em: 20 dez. 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudeste paranaense. In: SPOSETO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Recebimento em: 23/05/2011.
Aceite em: 24/05/2011.